

RUBENS BORBA DE MORAES E A BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA *

EDSON NERY DA FONSECA

Em crônica antológica, Carlos Drummond de Andrade observou que de bibliófilo a bibliógrafo a distância é variável: “alguns nunca a transpõem; outros vencem-na de um salto” As primeiras bibliografias nasceram, com efeito, no recesso de grandes bibliotecas, particulares ou públicas. Quem possui ou dirige uma coleção, sente-se naturalmente inclinado a descrevê-la e não apenas a conservá-la e enriquecê-la.

Foi o que aconteceu com Diogo Barbosa Machado, cuja coleção particular teria o destino de ser o núcleo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: ao dar o salto a que se refere o poeta, isto é, ao descrever as raridades bibliográficas de que era possuidor, Barbosa Machado acabou produzindo uma obra monumental — A BIBLIOTHECA LUSITANA — que lhe confere o título de fundador da bibliografia portuguesa.

Enriquecida, no Brasil, com outras coleções — como, por exemplo, a Coleção Teresa Cristina, doada por D. Pedro II e constituída por quase 50.000 volumes — A Biblioteca Nacional lançou os fundamentos da biblioteca brasileira ao publicar, sob a direção de Benjamim Franklin Ramiz Galvão, o CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL, obra que é muito mais do que seu título indica, tanto em relação a forma quanto ao conteúdo: mais do que um “catálogo” e muito mais do que “de História do Brasil”.

O CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL foi publicado em 1881 e, durante mais de meio século os estudos brasileiros não contaram com outro Ramiz Galvão que os sistematizasse e referenciasse. Depois de tantos anos, o trabalho bibliográfico deixou de ser artesanal para ingressar na fase técnica.

Rubens Borba de Moraes foi no Brasil o Ramiz Galvão desta fase. Sua atuação como diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e suas contribuições à bibliografia brasileira — tanto quanto sua formação humanística feita, aliás, na Europa — lembram muito a figura e a obra de Ramiz Galvão.

A primeira das referidas contribuições foi o MANUAL BIBLIOGRÁFICO DE ESTUDOS BRASILEIROS (Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza, 1949), que planejou, organizou e editou, com a colaboração – mais honorífica do que real – do professor norte-americano William Berrien. Produto típico de uma época técnica e de um trabalho em equipe, o MANUAL BIBLIOGRÁFICO DE ESTUDOS BRASILEIROS é muito superior ao CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL; melhor sistematização do material, referências bibliográficas sempre acompanhadas de comentários e ensaios introdutórios para cada área.

No capítulo sobre Viagens que é uma de suas colaborações no MANUAL BIBLIOGRÁFICO DE ESTUDOS BRASILEIROS – do qual foi, como se vê, mais do que editor – Borba de Moraes revelou-se profundo conhecedor de literatura exótico-brasileira. De certo modo, esse capítulo anuncia a sua segunda contribuição bibliográfica, publicada nove anos depois: a BIBLIOGRAPHIA BRASILIANA ou A BIBLIOGRAPHICAL ESSAY ON RARE BOOKS ABOUT BRAZIL (Amsterdam, Editora Colibris, 1958/1959, em 2 volumes). Nesta ele faz reviver a velha tradição dos dicionários bibliográficos – a tradição dos Barbosa Machado, dos Inocêncio Francisco da Silva e dos Sacramento Blake – descrevendo e comentando com erudição espantosa, centenas de obras raras sobre o Brasil e de autores brasileiros.

Como Barbosa Machado, o próprio Rubens Borba de Moraes possui grande parte das obras que referenciou e comentou na BIBLIOGRAPHIA BRASILIANA. Nele, portanto, a variável distância que Carlos Drummond de Andrade observou entre bibliófilo e bibliógrafo foi vencida de “um salto”. De suas aventuras de “book hunter” ele nos deu notícia no livro O BIBLIÓFILO APRENDIZ (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965), que é como diz o delicioso subtítulo, a “promessa de um velho colecionador para ser lida por quem gosta de livros, mas pode também servir de pequeno guia aos que desejam formar uma coleção de obras raras antigas ou modernas.”

Publica-se, agora, mais uma grande contribuição bibliográfica de Rubens Borba de Moraes, “scholar” que a Universidade de Brasília soube atrair para a sua Faculdade de Biblioteconomia: a BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DO PERÍODO COLONIAL (São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1969). Ela registra 745 obras de autores brasileiros publicadas até o ano de 1808, quando, com a chegada de D. João VI encerra-se o chamado período colonial.

Sabíamos o que esse período representou na literatura brasileira, pelas obras especializadas de Oliveira Lima, José Aderaldo Castelo e Antônio Cândido, sem falar nas histórias gerais de Silvio Romero, José Verissimo e Afrânio Coutinho. O mérito principal deste novo livro de Rubens Borba de Moraes é o de revelar as contri-

buições de autores brasileiros do mesmo período em outras áreas do saber. A inteligência brasileira não se manifestou, então, apenas em poesias e sermões. Aquelas e estes constituem, de fato, a maioria mas houve obras de Matemática, Física, Química, Botânica, Zoologia, Mineralogia, Medicina, Higiene, Farmacologia, Agricultura, Zootecnia, Engenharia, Arquitetura, História, Direito, etc.

Bibliógrafos da categoria de Rubens Borba de Moraes comprovam, deste modo, a observação de Victor Aoltowski de que “les donnees bibliographiques sont capables de conduire à la decouverte des cycles de creation intellectuelle et artistique” (cf. Zoltowski V., “Les cycles de la creation intellectuelle et artistique”, in ANNE SOCIOLOGIQUE, 1952; apud Malolès L. N. LA BIBLIOGRAPHIE, Paris, Presses Universitaires de France, 1956, p. 13).

Também no que se refere à Literatura a obra de Rubens Borba de Moraes encerra informações valiosas, como por exemplo a do número exato das edições – inclusive em outras línguas – de MARILIA DE DIRCEO. Como se sabe, o célebre poema de Gonzaga teve muitas edições – sendo, neste particular, apenas superado, em língua portuguesa, pelos LUSÍADAS – mas não tantas quantas foram mencionadas por bibliógrafos e até por críticos literários. Como bom bibliófilo, Borba de Moraes desconfia das chamadas “edições fantasmas” – “que afirmam existir mas ninguém viu” – e referencia somente aquelas que examinou pessoalmente, indicando as mais raras. Embora sua “Marileana” seja completa, ele, como prudente bibliógrafo, esclarece: “Não temos entretanto, a pretensão de ter relacionado todas as edições. É possível que ainda se descubram algumas” (pág. 177).

A prudência, entretanto, não o afasta das dificuldades: o “caso” de Bento Teixeira está minuciosamente analisado em excelente verbete da BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DO PERÍODO COLONIAL (p. 376-377), não obstante estar definitivamente provado que o autor da PROSOPOPEA era português. Porque Borba de Moraes não é dos que se contentam facilmente com as chamadas “questões encerradas”. Praticada por ele, a análise bibliográfica serve menos para apoiar as teorias do que para desperta inquietações. Quando todos pareciam satisfeitos com o encerramento da questão histórica de Bento Teixeira, sugere esse bibliógrafo inquieto um “caso bibliográfico”, caracterizado pelas seguintes perguntas: “Porque Barbosa Machado e Gomes de Brito encompridaram o nome de Bento Teixeira com um novo apelido que não figura nem na PROSOPOPEA – nem no processo do Santo Ofício? Por que o livreiro Gomes de Brito reimprimindo o NAUFRÁGIO QUE PASSOU JORGE DE ALBUQUERQUE COELHO alterou o título, suprimiu o parágrafo do prólogo onde se diz, claramente, que essa obra é da pena de Antônio de Castro deu a autoria a Bento Teixeira e afirmou que se achava presente no naufrágio? Por que cometeu todas essas verdadeiras falcaturas? Por que engrandeceu um autor obscuro de um poema medíocre e esquecido, brindando-o com uma

obra que sabidamente não era sua e atribuindo-lhe uma poreza que não fizera? (...) Como Explicar essa atitude inusitada, de verdadeiro deságio à Inquisição, enaltecendo um judaizante réu do Santo Ofício? Essas perguntas sobre Bento Teixeira – conclui com razão, o autor – não respondidas pelos historiadores, demonstram que ainda há muito que investigar sobre esse misterioso personagem” (pág. 377).

Provada a naturalidade portuguesa de Bento Teixeira, verifica-se que Manoel Botelho de Oliveira não exagerou quando escreveu, em *MÚSICA DO PARNASO*, ser este o primeiro livro de versos publicado por um brasileiro (dos versos escritos antes dele podemos hoje dizer citando Jorge Luís Borges: “Versos que ciertamente no lograron / El arduo honor de la tipografia”). O fato está devidamente registrado na *BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DO PERÍODO COLONIAL*, que também assinala outras prioridades interessantes: o primeiro livro publicado por um brasileiro foi *ORAÇÃO APODIXICA DOS SCISMATICOS DA PATRIA* (1641) de Digo Gomes Carneiro natural do Rio de Janeiro; a primeira antologia foi compilada pelo cênego Januário da Cunha Barbosa e se intitula *PARNASO BRASILEIRO* (1829); os primeiros livros de Matemática foram o *EXAME DE ARTILHEIROS* (1744) e o *EXAME DE BOMBEIROS* (1748), ambos do engenheiro José Fernandes Pinto Aopim; o primeiro dicionário foi mesmo o de Moraes (1789); o primeiro romance foi, como se sabe *AVENTURAS DE DIÓFANES*, de Teresa Margarida da Silva e Orta, mas, na primeira edição (1752), ele tinha um título tão longo quanto melodramatização: *MAXIMAS DE VIRTUDE E FORMOSURA COM QUE DIÓFANES, CLYMENEA E HERMIRENA, PRINCIPES DE THEBAS, VENCERÃO OS MAIS APERTADOS LANCES DA DESGRAÇA*.

Todos eles, entretanto, foram impressos em Portugal. O primeiro livro impresso no Brasil foi a *REVELAÇÃO DA ENTRADA QUE FEZ O EXCELENTÍSSIMO E REVERENDÍSSIMO SENHOR DR. FR. ANTÔNIO DO DESTERRO MALHEIRO* (...), composta pelo doutor Luiz Antônio Rosado da Cunha, que era, entretanto provavelmente português! Foi publicado no Rio de Janeiro na oficina de Antônio Isidora da Fonsêca e no ano de 1747. Embora “com licenças do Senhor Bispo”, teve toda a sua edição apreendida e, em parte, destruída. Ficou famoso e portanto, “em pé na eternidade”, contrariando o que se disse depois dos livros “que não ficam em pé nas estantes”: a *RELAÇÃO* tem vinte páginas.

Desse primeiro livro impresso no Brasil foram feitas duas tiragens, sendo que a primeira existem apenas três exemplares em todo o mundo: o da Biblioteca Pública de Nova Iorque o do Ministério das Relações Exteriores e o de Rubens Borba de Moraes. O autor da *BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DO PERÍODO COLONIAL* é, como se vê tão competente na bibliografia quanto feliz na bibliofilia.